



Nova Iguaçu celebra Dia Municipal Contra a Intolerância e o Preconceito defendendo direitos humanos e a diversidade



O vereador Camu (de gravata) citou a criação do Dia Municipal como fruto de uma luta coletiva que transcende ideologias

Por Geraldo Perelo

O plenário da Câmara Municipal de Nova Iguaçu foi palco, nesta sexta-feira (30) de um evento marcante em defesa dos direitos humanos e da diversidade. A celebração da Lei nº 4.665, de 3 de julho de 2017 – que instituiu o Dia Municipal Contra a Intolerância e o Preconceito – reuniu lideranças religiosas, militantes LGBTI+, representantes de movimentos sociais e autoridades políticas, entre elas a vice-prefeita e secretária municipal da Mulher, Dra. Roberta.

O encontro foi marcado por intensos debates sobre racismo, homofobia e misoginia, problemas que ainda afetam profundamente a Baixada Fluminense. Embora seja uma região de rica diversidade cultural e social, a Baixada enfrenta desafios históricos ligados à desigualdade, à violência estrutural e à exclusão de comunidades marginalizadas, especialmente a população negra e os povos de religiões de matriz africana.

Durante a solenidade, o vereador Agnaldo Camu – autor da lei, em parceria com o então vereador e hoje deputado federal Juninho do Pneu – destacou que a criação do Dia Municipal é fruto de uma luta coletiva que transcende ideologias partidárias.

“Mais do que um dia de celebração, este é um dia de consciência. Nossa cidade precisa ser um espaço onde todos tenham o direito de existir com respeito e segurança; onde as religiões dialoguem e onde as diferenças sejam vistas como parte da nossa identidade coletiva”, afirmou o parlamentar.

A fala do vereador foi ecoada por diversos participantes que reforçaram a importância de políticas públicas afirmativas, acesso igualitário à saúde, educação, segurança e valorização das culturas afro-brasileiras e LGBTI+.

Um dos momentos mais comoventes foi o depoimento da lylaxórixã Neila de Oya, líder do terreiro Ilê Asê Oya Osun Nidê, atacado e incendiado em março deste ano, em Nova Iguaçu. O crime, ainda sem solução, escancarou a vulnerabilidade dos espaços religiosos afro-brasileiros.





Iyalorixá Neila de Oya pediu respeito e o babalorixá Rodrigog, direitos iguais

“Um encontro como este é importante quando somos respeitados e representados. O atabaque precisa ter o mesmo valor que qualquer outro instrumento religioso. Nunca houve registro de igrejas incendiadas por casas de matriz africana, mas o contrário é recorrente”, destacou Neila.

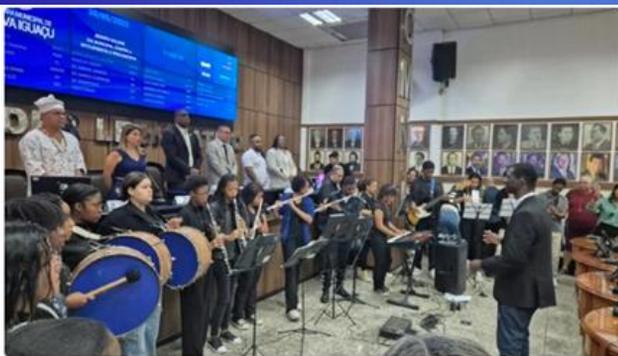
O babalorixá Rodrigog também participou da cerimônia e fez um apelo direto às autoridades.

“O povo de axé não quer mais do que ninguém. Queremos o que é de direito: saúde, liberdade religiosa, respeito às nossas vestes e aos nossos corpos. Somos discriminados até quando pedimos um carro de aplicativo, simplesmente por sermos negros ou estarmos trajando roupas religiosas”, denunciou.

Dados alarmantes

A importância do evento é reforçada por estatísticas recentes. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as denúncias de racismo no estado do Rio de Janeiro cresceram 170% entre 2022 e 2023. Em 2024, mais de 2.400 queixas foram registradas pelo Disque 100, totalizando mais de 5.200 violações. O número de processos judiciais por racismo também bateu recorde, com 5.552 ações, um aumento de 64% em relação ao ano anterior.





Orquestra do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos participou do evento

No caso da violência contra a mulher, os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) são igualmente preocupantes: 43.742 mulheres foram vítimas de agressão física em 2024, com destaque para 107 feminicídios — o segundo maior número desde o início da série histórica.

A violência contra pessoas LGBTQ+ também cresce. Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2024, foram 291 mortes violentas — uma a cada 30 horas, revelando o risco constante que esse público enfrenta no Brasil.

Caminhos para o futuro

Apesar do cenário desafiador, os participantes reforçaram que a Baixada Fluminense é também um território de resistência e esperança. Os movimentos sociais e lideranças locais seguem atuando na base, promovendo a conscientização, denunciando injustiças e lutando por uma sociedade mais justa e inclusiva.

“A superação do racismo e da homofobia exige o envolvimento de toda a sociedade. Precisamos de políticas públicas consistentes, de educação para a diversidade e do fortalecimento das redes de apoio”, afirmou Luiz Carlos, assistente social presente no evento.

A cerimônia, que contou também com a participação do babalorixá Leonardo Moreira; do subsecretário de Direitos Humanos, Kleber Luiz; e da coordenadora do Centro de Cidadania LGBTQI Baixada III, além da Orquestra do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob a regência do maestro Rogério Vieira, foi encerrada com apresentações culturais, homenagens e um forte apelo por união e respeito à diversidade, reafirmando que, na Baixada Fluminense, a luta por direitos é diária — e inegociável.

